



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM ANANÁS (TO),
ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2021

Maria Marciene Costa da Silva (Universidade Federal do Tocantins) - marcienesilva.geo@gmail.com
Graduada em Geografia e Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFT.

Thelma Pontes Borges (Universidade Federal do Tocantins) - thelmapontes@uft.edu.br
Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da UFT

Adimilson Renato da Silva (Instituto Federal do Tocantins) - adimilson.silva@ifto.edu.br
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da UFT

Impactos da pandemia da Covid-19 na produção de hortaliças em Ananás (TO), entre os anos de 2020 e 2021

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana se tornou uma alternativa diante de muitas problemáticas sociais, no contexto recente, “antigos” problemas brasileiros relacionados as políticas de planejamento regionais/territoriais históricas, estão sendo escancarados em função da pandemia do coronavírus, que vem intensificando cada vez mais as desigualdades da sociedade brasileira (NUNES, 2020).

A pandemia vem causando grandes impactos, que vão desde o aprofundamento da divisão social e aumento das desigualdades, até o desamparo da população brasileira diante das posturas/ações governamentais adotadas (BIRMAN, 2020), além da ausência de um planejamento voltado para a população e que respeite os direitos civis, pois o Estado tem o papel de valorização da cultura e do território, porém, infelizmente o Brasil, desde sua formação demonstra que a cidadania é completamente inexistente (SANTOS, 2007).

Por esse motivo, é intenção discutir a agricultura urbana em Ananás (TO) nesse novo contexto que surge no século XXI, utilizando como subsídios o pensamento de Nunes (2020), Birman (2020) e Santos (2007), com as contribuições desses autores e entrevista com alguns horticultores, o objetivo deste trabalho é descrever os efeitos da pandemia da COVID-19 na prática da Agricultura Urbana, expressa por meio da produção de hortaliças em Ananás (TO).

Assim, levaremos em consideração a importância qualitativa das impressões de três horticultores e estruturamos o texto da seguinte forma: primeiramente discute-se as circunstâncias da pandemia da Covid-19 no Brasil, em sequência no Tocantins e em Ananás, por último é registrado a impressão dos horticultores urbanos sobre a pandemia e a produção de hortaliças nessa cidade.

Esta pesquisa é descritiva pois tem a intenção de levantar as opiniões e impressões do grupo pesquisado (GIL, 2008), foram utilizados dados primários, coletados mediante entrevistas com três horticultores da cidade de Ananás. A entrevista foi necessária por oferecer maior flexibilidade, contribuindo para a obtenção de dados sobre os impactos na produção de hortaliças nessa cidade, é comum que entrevistas sejam realizadas face a face, mas em função da pandemia da Covid-19, optou-se por entrevistas via telefone.

De acordo com Gil (2008), a entrevista por telefone apresenta algumas limitações e frisamos algumas destas que se aplicam a este trabalho: a dificuldade de obtenção de maior quantidade de informações e contatos, a indisponibilidade de redes de telefonia em alguns lugares e impossibilidade de descrever as circunstâncias em que se realizou a entrevista.

Para todos os entrevistados foi apresentado a temática, o objetivo da pesquisa, solicitação oral de autorização para gravação da chamada, utilização

dos dados para fins de pesquisa e publicação acadêmica. Utilizou-se dados secundários disponíveis para consulta pública como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretária da Saúde e Boletins Epidemiológicos.

A PANDEMIA DA COVID-19 E O CONTEXTO BRASILEIRO

No final do ano 2019 e início de 2020, na cidade de Wuhan (China), foram registrados 44 casos de doenças respiratórias de natureza desconhecida, posteriormente, esses casos passaram a ser identificados como consequência de um vírus altamente contagioso causador de uma síndrome respiratória aguda grave, que ficou conhecido como o novo coronavírus (COVID-19). Esse vírus se espalhou rapidamente pelo mundo, o primeiro caso suspeito no Brasil foi identificado no dia 22 de janeiro de 2020, no Rio de Janeiro (BRASIL, 2020).

Após o primeiro caso, no Brasil houve uma série de contradições referentes a adoção de medidas para evitar o contágio e mortes pela doença do novo coronavírus, entrando em um debate político-ideológico, suscitando a necessidade de pensar sobre os interesses do país frente a estrutura de sua população. Nunes (2020), no texto *“O Preço da Desigualdade numa Pandemia”* faz uma análise sobre a desigualdade social brasileira e seus contrastes durante a pandemia da Covid-19, traz questões importantes para pensar nas vulnerabilidades sociais engrenadas a história do país.

De acordo com esse autor, o inchaço populacional urbano e os vários problemas sociais, são manifestações das desigualdades que são produzidas socialmente em várias escalas (nacional, regional, local). Segundo Nunes (2020, p. 8), as cidades brasileiras “[...] são construídas a partir de pequenas ilhas de bem-estar imersas em um oceano de ausência, onde nunca chegaram efetivamente políticas públicas [...]”, a pandemia momentaneamente pode ser associada com o agravamento dessas desigualdades.

Para Birman (2020), a pandemia revela algo ainda mais perverso diante da grave crise sanitária enfrentada mundialmente, no caso do Brasil, tornou-se mais evidente a despreocupação estatal com a saúde e vida da população, foi privilegiado o discurso político economicista, contrário a ciência, a pesquisa acadêmica e as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). De um lado, há uma tentativa de preservação da vida da população que mediante a inexistência de um tratamento ou cura para o coronavírus, ocorreria a partir de um isolamento social; do outro há uma tentativa de preservação da economia, independente da morte de milhares de brasileiros.

O contexto pandêmico no Brasil, também clareou sobre o interesse econômico de instituições religiosas, com destaque as neopentecostais, que apoiaram o que Birman chama de imperativo da bolsa, ou seja, um posicionamento preocupado com a economia em detrimento da vida (BIRMAN, 2020). Esse imperativo que privilegia a economia neoliberal, fica evidente no discurso adotado pelo governo e espalhado por meio das redes sociais e até mesmo em declaração oficial na TV aberta, onde em vários momentos negou e minimizou os efeitos da pandemia do coronavírus.

Birman (2020) apresenta uma grande indignação ao escrever sobre as dimensões políticas, sociais e econômicas, que se desdobra em uma questão bastante preocupante, a da dimensão catastrófica da pandemia, impulsionada pelo discurso imposto pelo governo de que a população deveria escolher entre

morrer pelo novo coronavírus ou de fome. Os efeitos e impactos da pandemia rapidamente tiveram um alcance global, assim:

A chegada da pandemia, impõe novos e graves desafios a todos os países por elas alcançados no mundo. Os desafios estão tanto na correta identificação das melhores estratégias de combate, quanto na superação das barreiras que comprometem essas respectivas medidas. Mencionei que, no caso brasileiro, as dificuldades se aprofundam em razão do esforço persistente que tem sido realizado na esfera federal de governo para negar a existência de um problema sanitário e de saúde pública grave e duradouro, talvez maior de nossa geração (NUNES, 2020, p.16).

Essa realidade demonstra a ineficiência das ações governamentais diante da ameaça a vida, evidencia a desigualdade social do país na esteira do que Nunes (2020) discute, ao demonstrar que a desigualdade na distribuição de serviços de saúde, por exemplo, foi um dos agravantes da pandemia em determinadas regiões brasileiras, como no Norte e Nordeste, essas desigualdades tem um alcance para além do sistema de saúde, onde a população vulnerável, torna-se mais propícia a serem contaminadas por ausência de acesso as políticas públicas efetivas e necessárias a sobrevivência.

Outro ponto importante do pensamento desses autores, vai de encontro a seguinte afirmação:

As dimensões da política e da economia são desafiadas a consolidarem estruturas sociais basilares, que promovam justiça e equidade, possibilitando que todos tenham condições adequadas para o pleno desenvolvimento da vida. O Estado passa a ter sentido quando está estruturado para garantir e assegurar os direitos fundamentais de toda pessoa. A crise da barbárie que hoje assola as sociedades deve ser suplantada por projetos políticos e econômicos comprometidos com o ideário civilizatório (OLIVEIRA; MACHADO; SORRENTINO, 2020, p. 182).

A pandemia traz a emergência de (re)pensar as estruturas sociais, a política e a economia, sendo necessário que estas sejam/estejam pautadas em novos ideários. Em vez de estar centrado no capitalismo neoliberal, voltar-se ao bem-estar do ser humano, pressupondo a necessidade de superar a visão economicista, que no contexto contemporâneo é expressa pelo acúmulo de riquezas e consumo exacerbado de bens materiais (OLIVEIRA; MACHADO; SORRENTINO, 2020).

De acordo com o Ministério da saúde, em agosto de 2021, o Brasil possuía mais de 20 milhões de casos de Covid-19 e a quantidade de mortes ultrapassou 568.788 mil. Em meio à pandemia, todas as regiões brasileiras apresentaram um agravamento dos problemas sociais já existentes, causando consequências principalmente no que diz respeito a fome, aproximadamente 116,8 milhões de brasileiros, isto é, mais da metade da população, está em situação de insegurança alimentar e 19,1 milhões estão passando fome (VIGISAN, 2020).

Nunes (2020) chamou atenção para as desigualdades regionais quanto a saúde, enfatizando a região Norte e Nordeste, estas desigualdades são ainda mais alarmantes quando se trata da espacialização da fome durante a pandemia, o percentual de lares nessa situação por região são: Norte (18,1%), Nordeste (13,8%), Centro-Oeste (6,9%) e Sul e Sudeste (6%) (VIGISAN, 2020).

No que diz respeito ao trabalho e renda, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, no primeiro trimestre de 2020 a taxa de desocupação foi estimada em 12,9%, o que corresponde a 12,7 milhões de pessoas desocupadas no Brasil, no primeiro trimestre de 2021, havia 14,8 milhões de pessoas desempregadas (14,6%) (IBGE, 2021).

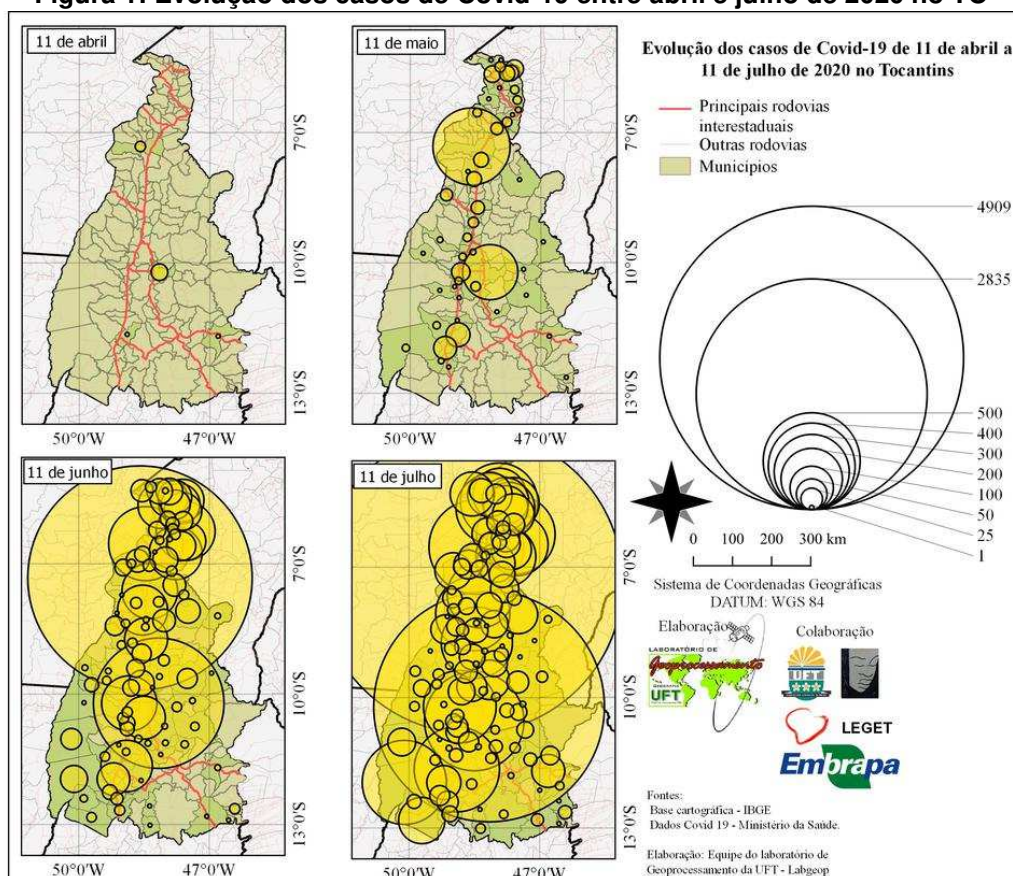
Esses autores e dados retratam um pouco da repercussão da pandemia da Covid-19 diante da ineficiência do governo e ausência de políticas públicas para a maior parte da população brasileira, potencializando os efeitos catastróficos do problema. Entendendo que para além do global os efeitos são sentidos localmente, adiante será abordado o alcance da pandemia no Tocantins e em Ananás.

PANDEMIA NO CONTEXTO TOCANTINENSE E ANANAENSE

De acordo com o boletim epidemiológico divulgado pela Secretária de Saúde do Tocantins (2020), o primeiro caso positivo de coronavírus no estado foi confirmado no dia 18 de março de 2020 na capital Palmas, a partir dessa data os casos foram crescendo exponencialmente, ao final do ano o Tocantins teve 91.114 casos confirmados e 1380 óbitos.

A figura 1, mostra a evolução espacial dos casos de Covid-19 no estado, considerando o período de quatro meses após o primeiro caso da doença.

Figura 1: Evolução dos casos de Covid-19 entre abril e julho de 2020 no TO

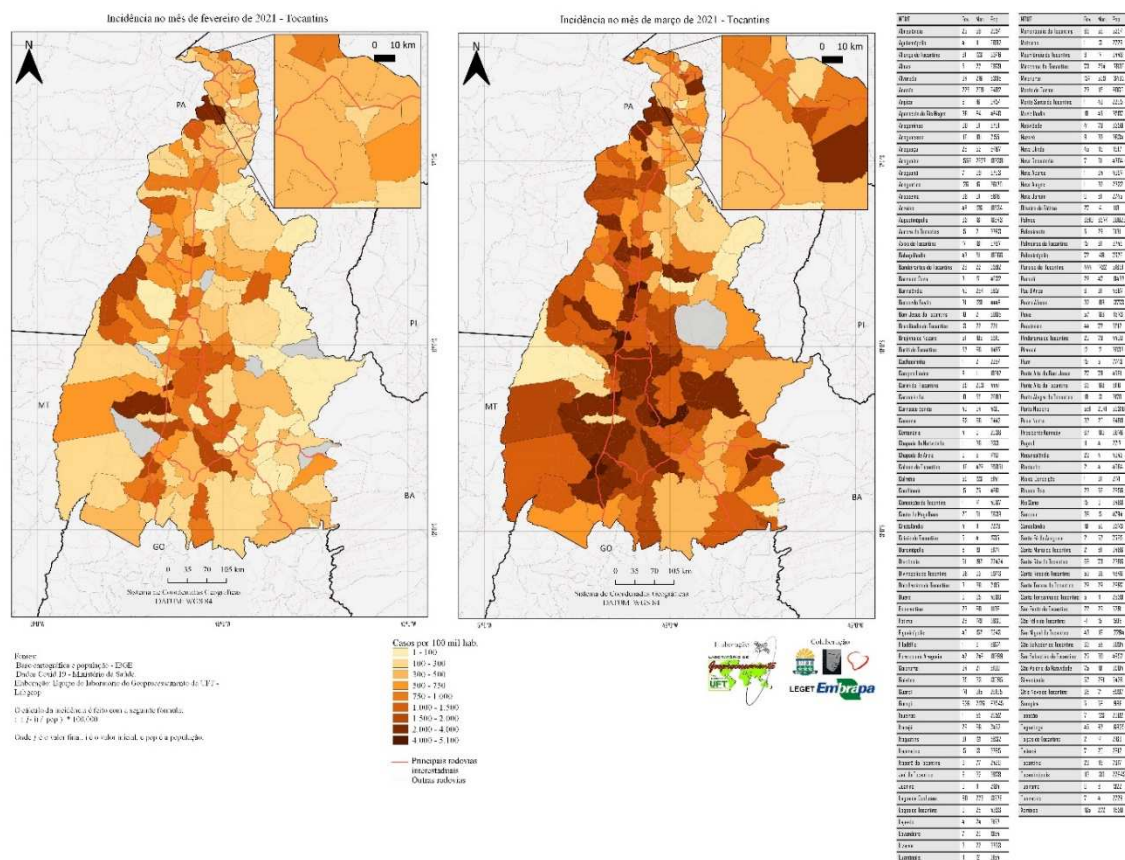


Fonte: Ministério da Saúde (2020). Elaborado por: Laboratório de Geoprocessamento/UFT (2020).

A partir do mapa, percebe-se que os primeiros casos da doença causada pelo novo coronavírus ocorreram na capital Palmas; em Araguaína no Norte do Tocantins; em Dianópolis no sudeste do Tocantins e em Gurupi no sul do Estado, estas cidades localizam-se próximas a rodovias. O mapa que retrata a espacialização no dia 11 de maio, três meses após o primeiro caso, demonstra claramente que a disseminação da doença ocorreu com maior intensidade nos eixos rodoviários, em especial ao longo das cidades que ficam às margens da BR-153. Os dois últimos mapas, demonstram que entre os dias 11 de junho e 11 de julho, a doença tomou grandes proporções em função da sua rápida disseminação, estando presente em todas as localidades do estado.

No ano seguinte, entre os meses de fevereiro e março de 2021, houve um aumento da incidência de casos de Covid-19 no Tocantins, com destaque novamente, para as regiões próximas as rodovias estaduais e interestaduais, conforme é observável na figura 2.

Figura 2 – Incidência de casos de Covid 19 entre fevereiro e março de 2021 no Tocantins



Fonte: Ministério da Saúde (2020). Elaborado por: Laboratório de Geoprocessamento/UFT (2021).

Até agosto de 2021, o Tocantins teve 214.625 casos de Covid-19 e 3.615 óbitos pela doença apresentando uma taxa de letalidade de 1,68%. Este mapa, também chama atenção para a região da saúde do Bico do Papagaio, extremo norte do estado, onde a cidade de Ananás está localizada (TOCANTINS, 2021).

Parte dessa região está em destaque no mapa por compreender um aumento de incidência de casos, em especial na divisa entre o estado do Maranhão e Pará. Em 2020, essa região teve 9.852 casos confirmados e 171 óbitos; até o mês de agosto de 2021 acrescenta-se mais 9.278 casos e 191

óbitos, desse total, somam-se 1.650 casos (8,6%) e 27 óbitos (7,4%) ocorridos somente em Ananás (TOCANTINS, 2021). Atualmente, Ananás não possui leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), contando apenas com um hospital de baixa complexidade e que tem capacidade de atender apenas pacientes com sintomas leves.

De acordo com os dados disponíveis no “Painel COVID-19” do IBGE, em 2019 este município possuía apenas com 5 leitos hospitalares (exceto Psiquiatria) disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), 11 enfermeiros, 4 médicos e um respirador. Em razão da infraestrutura inadequada para instalar o respirador e receber pacientes em estado grave, em abril de 2020, o Ministério Público do Tocantins solicitou a concessão deste aparelho respirador para o Hospital Regional de Araguaína (TO), distante aproximadamente 119 km. A partir desses indicadores, entende-se que capacidade de resposta do sistema de saúde é baixa.

Sobre a pandemia no contexto brasileiro e tocantinense, acrescenta-se aqui o diálogo com Santos (2007), na sua proposta de construção de direitos cidadãos ao longo da produção do Brasil. Nesse sentido, o autor tece uma crítica pertinente ao modelo político econômico imposto ao Brasil cuja lógica sempre visou os interesses externos, portanto, privilegiando modelos produtivos, o que marcou o Brasil muito mais como um espaço produtivo guiado pela visão economicista, conforme apontado por Jean Nunes (2020) e Joel Birman (2020).

Ao invés desse modelo político-econômico, Santos (2007) aponta a necessidade de um modelo cívico-territorial, guiado por dois elementos fundamentais: o território e a cultura – em dotação territorial abrangente quanto a equipamentos que respondem pela reprodução e dignidade necessárias à vida em todos os rincões territoriais onde estejam os indivíduos. Questões como o acesso à terra, à saúde, à educação, segurança, habitação, lazer etc., soariam como como projeto territorial integrador em detrimento do planejamento estratégico.

A cultura seria expressa à lógica sócio territorial maior, produzir o Brasil na lógica do modelo cívico-territorial é excluir a hegemonia da dimensão econômica e colocá-la em comunhão com as demais dimensões inerentes à sociedade como a política, a cultura; é situar a economia em mesmo nível com as demais, permitindo a fluidez da vida nacional em sua diversidade e complexidade própria da sociedade brasileira (SANTOS, 2007).

Nessa proposta, Santos (2007) quer chamar a atenção para a valorização da cultura na promoção da produção tanto como valor de troca quanto valor de uso. Isso fluiria nas relações de valorização da natureza, as relações interpessoais, menor impulso ao consumo, já que para o autor, no modelo político-econômico não há cidadãos no Brasil, mas apenas consumidores; a garantia das liberdades, tudo deixaria de estar vinculado à lógica do mercado e passaria à lógica da sustentação de equilíbrio de vida.

Particularmente, na produção do território sob a ótica do modelo cívico-territorial, a cidade como a dimensão mais habitada, quanto às garantias e direitos, afirma que estes estão incluídos no direito de ser e de se obter da sociedade os bens e serviços mínimos que dão dignidade à existência; bens e serviços da sociedade no âmbito das instâncias de governo como princípios básicos da existência cidadã. Direitos que no Brasil não são oferecidos como

primeira necessidade, porém, como sobras oriundas das dotações dos empreendimentos de ordem hegemônica da racionalidade economicista aplicada às cidades, o que explica em déficit em áreas como saúde, educação e lazer. São dotações de modernidades e racionalidades enviesadas de valorização mercadológica, privando grande parte da sociedade do acesso.

Nesse sentido, também converge as contribuições de Moraes (2008) em Território e História no Brasil, ao trazer o capítulo das Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais; a ideia de construção do Brasil como um país e nação ao longo da história tem sido rompida pelos interesses espúrios das elites sempre focadas nos modelos externos com um olhar pequeno internamente, preocupada, nesse sentido muito mais em construir um espaço territorial para o capital relegando ao povo seus mais elementares direitos que pressupõe todos os direitos da pessoa humana: educação, alimentação, saúde, ou seja, a plena cidadania.

Afirma o autor que esses pensamento percorre todo o século XIX e adentra o XX com a permanente pergunta de cunho instrumental referente ao tipo de povo que essa elite buscou em cada novo impulso econômico imposto ao Brasil, o que por certo remontou aos indígenas, escravos trazidos da África, depois os imigrantes europeus, nesse último período marcado pelo afã de definição de uma identidade nacional como “pano de fundo”, já que a lógica prevalecente sempre foi o lucro e o enriquecimento às custas da exploração exacerbada do trabalho.

É fato que o processo de exploração do trabalho que ao longo da História a elite registra no Brasil, independentemente do tipo de povo que a cada período fez povoar o território, é marcado por pequenos avanços e retrocessos que a atualidade vê ressurgir na interpretação que o atual momento e conjuntura exige que se entender, em que a insegurança das garantias do trabalho, da seguridade social, são ainda mais realçadas pela pandemia da Covid-19, que se por um lado faz acirrar a insegurança e vulnerabilidade, por outro, parece soar, mais uma vez, como propício às astúcias da elite para debelar novas mudanças nas estruturas sociais desta sociedade, no que se refere ao trabalho, parecendo coerente, de nossa parte, complementar com as afirmações de Moraes (2008), quanto a que tipo de povo as elites do Brasil disponibilizaram na viabilização da sua ânsia perversa pelo lucro e a exploração do trabalho em sintonia eficiente do capitalismo global.

AGRICULTURA URBANA E O CONTEXTO DA PANDEMIA

Esboçando um breve panorama histórico, que converge com as considerações feitas até o momento, lembra-se que a partir século XX a urbanização no Brasil impulsionou a migração da população que residia no campo para a cidade, buscando diante do recente contexto de urbanização e modernização da agricultura, melhores condições de vida e de trabalho. A migração da população do campo, fez com que ocorresse um acúmulo de pessoas nas cidades, que ficaram sujeitas a condições insalubres de vida diante da falta de uma infraestrutura urbana adequada (SANTOS, 1993).

O crescimento acelerado das cidades, fez com que aumentasse o desemprego, uma vez que as políticas de urbanização e modernização tiveram como centro a promoção de um desenvolvimento da economia, onde a produção de bens e consumo se tornou o cerne da questão social (SANTOS, 1993),

contribuindo para a concentração de renda, aumento da demanda de alimentos, fazendo com que a produção de alimentos com baixo impacto ambiental adquirisse grande relevância e desafio para a agricultura (ALVES; OLIVEIRA, 2020).

“Os debates sobre a agricultura urbana surgem a partir da emergência, na década de 1980, de um novo pensamento ambiental [social] e são reafirmados quando tal prática é tomada como uma resposta aos desafios colocados aos governos locais [...]” (COUTINHO, 2010, p. 47). No bojo dessas mudanças decorrentes das políticas de incentivo ao crescimento econômico e industrial do Brasil, Coutinho (2010) ressalta a contribuição do surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana em 1980, que buscava responsabilizar o Estado de assegurar os direitos urbanos aos cidadãos, tendo em vista a necessidade de planejamento urbano no país, em função das consequências de um planejamento convencional adotado pelo Estado.

Porém, no que diz respeito aos marcos legais que influenciaram fortemente a AU no Brasil durante as últimas décadas, ganharam destaque a partir da implementação de políticas de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), cita-se a criação do SISAN que busca promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN no país, dando condições para que as pessoas tenham acesso a alimentos, apesar desta lei não trazer em sua constituição artigos direcionados a AU, é um marco importante (BRASIL, 2006).

A menção a esse contexto, possibilita estabelecer relações com a prática da agricultura urbana nas cidades e sua concepção como um fenômeno que vem ganhando força no que tange a questão sociocultural e econômica dos produtores, assim, assume-se as palavras de Silva (2014), ao defender que a presença do Rural no Urbano, relaciona-se a esse contexto histórico que influenciou diretamente na presença da AU nas cidades brasileiras, por meio dos costumes, heranças histórico-familiares e acrescentamos a questão da vulnerabilidade social decorrente das desigualdades sociais.

Vale destacar, que a AU praticada nas regiões brasileiras apresentam contextos e realidades diferentes, a partir da sua multifuncionalidade é possível uma expansão e consolidação em escala local, de forma que venha contribuir com a melhoria da qualidade de vida, com a criação de trabalho, emprego e renda (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Curan e Marques (2021), ao fazerem uma revisão de literatura sobre as funções da agricultura urbana, em 14 trabalhos publicados em vários lugares do mundo entre os anos de 2010 e 2020, constaram que se trata de uma temática recente e em emergência. A revisão desses artigos, identificaram pelo menos três dimensões dessa prática sendo: a sociocultural, econômica e ambiental, de acordo com a pesquisa:

A **dimensão sociocultural** envolve temáticas sobre a saúde; coesão social; requalificação do espaço urbano; segurança pública; empoderamento feminino; reconexão com a natureza; educação alimentar; desenvolvimento cultural, valorização do patrimônio cultural; lazer e recreação. A **dimensão ambiental** relaciona-se a preservação e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais; ciclagem de nutrientes; gestão eficiente dos recursos hídricos; cidades mais verdes; redução da pegada ecológica; mitigação e adaptação das

mudanças climáticas. A **dimensão econômica** apresentou discussões voltadas para a redução da pobreza; geração de emprego e renda; valorização do contato social entre produtores e consumidores; estímulo a novas formas de distribuição e comercialização; menor dependência do mercado mundial de alimentos; diversificação das atividades econômicas (CURAN; MARQUES, 2021).

Dada essa *multi* e até interdisciplinaridade, entende-se que sua multifuncionalidade permite um diálogo que passa por vários campos de conhecimento, mas, por entender a particularidade de cada uma dessas dimensões, levaremos em consideração a dimensão econômica da AU, que se relaciona diretamente com bem-estar do agricultor, que através das suas práticas sustentam a família, não ignorando que evidentemente há também um valor imaterial imerso na prática de agricultura, uma vez que nos aspectos de segurança social, também pode passar como iniciativa até mesmo no sentido identitário das famílias.

A partir dessas características, é importante olhar para esse fenômeno diante da atual crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19, assim, apresenta-se a impressão três horticultores ananaenses, sobre a agricultura urbana frente ao contexto atual.

Pandemia e AU: Impressão dos Horticultores Pesquisados em Ananás

Para entender os efeitos da pandemia da COVID-19 na prática da Agricultura Urbana em Ananás (TO), foram realizadas três entrevistas, no mês de agosto de 2021, com alguns dos horticultores responsáveis pelos principais pontos de produção e comercialização de hortaliças nessa cidade, onde foi registrado as falas e impressões referentes ao contexto da pandemia da Covid-19 e a prática de AU entre os anos de 2020 e 2021.

A primeira entrevistada é uma mulher, horticultrora, que trabalha com hortaliças junto com seu esposo. Apresentada a intenção deste trabalho, sobre as suas impressões referentes a pandemia da Covid-19 e a produção de hortaliças, logo de início enfatiza a dimensão econômica e de comercialização, relatando que:

E1 - Sobre a comercialização, deu uma diminuída no início, assim no início da pandemia, que a gente não podia sair na rua, a gente esperava as pessoas virem comprar aqui em casa mesmo, não foi fácil, foi bastante difícil porque além de tudo isso a gente tinha até medo de receber as pessoas, porque a gente já tinha medo do contato, sabe? mais eu continuei plantando, continuei comercializando, e assim mesmo com muita dificuldade, com muito medo e também não ficou tão bom pra vender, caiu bastante porque o povo consome, justamente, mas muitos também tinha até medo de sair de casa pra vim comprar, a gente tinha medo de sair pra rua pra vender (Entrevista concedida em 18 de agosto/2021).

Em seguida a horticultrora relata alguns meios que ela, juntamente com seu esposo, encontrara para vender mais e evitar a disseminação do coronavírus por meio do toque, diminuindo como poderiam, o contato direto dos consumidores com os alimentos:

E1 - Aí a gente usou uma estratégia de vender, colocando já as verduras numa sacolinha, aí aquela pessoa não ia ter contato de pegar a verdura e colocar na sacola lá na rua, lá ele já pegava a sacola já

com as verduras dentro, aí meu marido começou a vender assim né, que a gente estava tendo muita verdura e as pessoas estavam vindo comprar muito pouco aqui, a gente para ter um meio melhor para vender usou essa estratégia (Entrevista concedida em 18 de agosto/2021).

Os principais canais de comercialização dessa horticultora, antes da pandemia era a feira livre, ruas da cidade e na própria horta que se localiza em um lote ao fundo da sua residência. Porém com a pandemia, a comercialização ficou limitada passando a ocorrer apenas nas ruas e em sua residência, mesmo com medo. A comercialização durante a pandemia deixou de ser feita na feira livre da cidade, pois segundo a entrevistada, a feira enfraqueceu e as vendas caíram.

Os insumos utilizados nas hortas são adquiridos em Araguaína (TO) e Angico (TO), em função da pandemia os valores aumentaram:

E1 – A gente utiliza a cama de frango, às vezes esterco de gado, é os adubos que a gente utiliza. A cama de frango a gente compra fora, na região de Angico, perto do Tamboril, nas granjas, sabe? A gente consegue o carro da prefeitura e coloca o óleo no carro para eles irem até lá na granja para pegar para nós, encareceu muito também, a tonelada agora foi para R\$ 250,00, antes a gente comprava de R\$ 100,00 passou para R\$ 150,00, foi para R\$ 200,00 agora é R\$ 250,00. Acho que tudo subiu, até aquele adubo que meu marido comprava para a melancia a gente comprava aquele saco de 50 kg por R\$ 120,00 a R\$ 125,00, hoje é R\$ 190,00 com desconto da loja (Entrevista concedida em 18 de agosto/2021).

Em função do aumento dos adubos, combustível e sementes, houve também um aumento nos alimentos vendidos por essa horticultora. O alface, o cheiro verde, a couve antes eram vendidos por R\$ 2,00, em função do atual contexto de crise sanitária, passaram a ser vendidos por R\$ 5,00:

E1 – As hortaliças aumentaram o preço, agora a gente tá vendendo o mói de alface, de cheiro verde, da couve, a gente tá vendendo por R\$ 5,00. A gente vendeu a muito tempo atrás, era barato, o preço era bem lá embaixo, era de R\$ 2,00 a R\$ 2,50, chegou a R\$ 3,00 aí de R\$ 3,00 a gente aumentou para R\$ 4,00, em novembro do ano passado a gente aumentou para R\$ 5,00 porque as coisas aumentaram tudo, a semente de alface aumentou um absurdo, só pra você ver o tanto que ficou caro. As sementes compro em Araguaína (Entrevista concedida em 18 de agosto/2021).

Antes da pandemia, a entrevistada comercializava para o Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), mas em decorrência do atual contexto, houve uma queda das vendas:

E1 – A gente vendia para o Compra Direta, parou, deu uma parada grande no Compra Direta, também tinha a Conab, a gente ainda vendeu um pouco o ano passado, em 2020 para o compra direta, só que foi bem pouquinho, uma entrega no hospital, outra entrega no CRAS pouca coisa, a gente vendia era R\$ 2.000,00; vendia R\$ 3.000,00, aí ano passado a gente vendeu só R\$ 1000,00 para o compra direta (Entrevista concedida em 18 de agosto/2021).

A horticultora afirmou, que esses impactos não foram exclusivos da sua horta, vários horticultores de Ananás, apresentaram dificuldades de comercialização, medo de ter contato direto com os consumidores e ausência de

apoio do município diante do atual contexto, seja oferecendo cursos de capacitação, orientação sanitária e até mesmo auxílio financeiro.

No que diz respeito ao apoio municipal no atual contexto pandêmico, o principal problema segundo a horticultora, foi a ausência de políticas e ações de apoio à agricultura urbana, foi feita a seguinte pergunta: *qual sugestão você daria para o poder público local, buscando melhorar essa realidade?*

A horticultora, de forma clara e direta faz uma crítica ao modo como o poder local auxilia na aquisição dos insumos, segundo ela, para a utilização dos maquinários da prefeitura em benefício dos agricultores urbanos, é necessário o pagamento de um valor referente ao combustível no caso de usar o carro da prefeitura para buscar adubo em Angico (TO), e se algum agricultor do município necessitar utilizar o trator para arar a terra, até então era necessário pagar o óleo diesel e R\$ 60,00 a hora. Em suas palavras: “O poder público tinha que procurar um meio melhor de ajudar os pequenos produtores, de beneficiar a gente com um valor menor, nem todo produtor tem condição de pagar”.

Os outros entrevistados, também relataram os mesmos impactos relativos à pandemia na produção de hortaliças, inclusive o medo de vender na cidade. o **E2** disse que:

E2 - A pandemia afetou, porque afetou o poder aquisitivo do povo, diminuiu um pouco as vendas, agora que tá melhorando, só que o impacto foi maior nos insumos, no adubo, porque a gente mexe com adubo orgânico, aí subiu muito o valor do adubo, deu muito impacto para o pequeno produtor de hortaliças (Entrevista concedida em 19 de agosto/2021).

Quanto ao transporte do adubo, esse horticultor não utiliza o caminhão da prefeitura, pois segundo ele:

E2 - É tudo pago nem o carro eles dão pra gente, no dia que eles dão o transporte tem que pagar o óleo, a gente nem usa mais **pra não ficar devendo favor**, a gente sofre muito, o agricultor, o horticultor pequeno aqui sofre muito, a gente não tem apoio, infelizmente não tem apoio. Tem o Ruraltins existe o órgão do governo, os funcionários ganham dinheiro, mas não dão uma orientaçãozinha de nada, a gente é que se vira, nós não temos orientação nenhuma técnica. Agora que tem internet a gente se vira na internet, o município não incentiva em nada, nem para dá o carro para buscar o adubo (Entrevista concedida em 19 de agosto/2021 [grifo nosso]).

Na perspectiva do horticultor, se os moradores de Ananás tivessem apoio, mais pessoas plantariam pelo menos para sustentar a sua família, e os pequenos horticultores poderiam fornecer uma quantidade maior de hortaliças na cidade, comercializar nas cidades próximas e até mesmo vender para os supermercados de Araguaína. Atualmente, o **E2** vende na própria residência, faz entregas na casa dos consumidores e fornece hortaliças para duas frutarias na cidade e às vezes para algumas lanchonetes, o mesmo não está vendendo na feira da cidade, pois em função da pandemia não há movimento.

No mês de agosto de 2020, as vendas de hortaliças passaram a diminuir, o período mais crítico foi entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021. As hortaliças são vendidas por R\$ 4,00 e R\$ 5,00 e as vendas diminuíram, fazendo com que acumulassem verduras na ausência de compradores. Antes da pandemia o **E2**

também fornecia alimentos para as escolas, mas hoje, não é possível em função do ensino remoto adotado para evitar o contágio pelo novo coronavírus.

Por fim, o horticultor ofereceu uma sugestão para a melhoria da produção e comercialização de hortaliças, principalmente no atual contexto, afirmando que o principal ponto a ser melhorado é o apoio logístico e o incentivo, ainda acrescenta a necessidade de mais atenção aos “plantadores”, destinando pelo menos o transporte para o adubo, porque de acordo com esse horticultor o frete é R\$ 150,00, com o apoio da prefeitura ele ver a possibilidade de lucrar mais e melhorar a renda.

Um terceiro horticultor urbano foi procurado, porém, por também está trabalhando em fazendas do município, dificultou o contato por causa da indisponibilidade da rede de telefonia na zona rural, mas ainda assim, conseguimos registrar algumas informações bastante pertinentes.

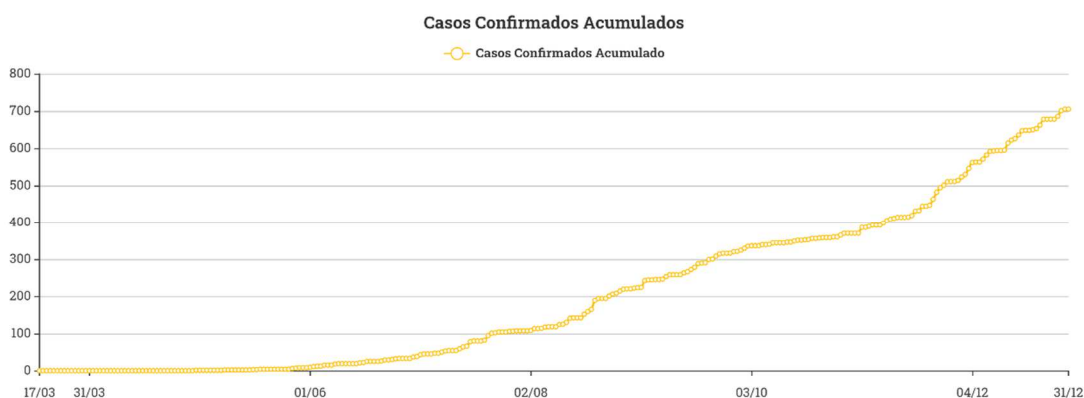
O **E3** relatou, assim como os demais, que as vendas estão fracas em função da pandemia e que o valor das hortaliças aumentou de R\$ 4,00 para R\$ 5,00 no final do ano passado, a comercialização está sendo feita nas ruas da cidade e na própria residência, este horticultor também deixou de comercializar na feira ao afirmar que não está tendo mais feira na cidade por causa da pandemia, a não ser para a comercialização de carne suína.

A compra de sementes é feita em Ananás e o adubo nas mesmas localidades que os demais entrevistados, o transporte do adubo é feito de forma particular, por meio do pagamento de frete com valor entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00 dependendo da quantidade de toneladas, em alguns momentos o **E3** se organizou com o **E2** para dividirem o valor do frete entre eles.

Nas entrevistas, todos os horticultores utilizaram a expressão “medo” ao se referirem a comercialização de hortaliças, por demandar um contato direto com várias pessoas no contexto da pandemia, ficando propensas ao novo coronavírus, uma sensação que segundo eles, partiu também dos seus clientes.

O período que os horticultores registraram maior queda nas vendas e necessidade de aumento nos preços foram nos últimos meses do ano de 2020, esse período coincide com o aumento de casos confirmados acumulados de Covid-19 no município (figura 3) e também com o aumento do número de óbitos, onde a taxa de letalidade era de 2,41% (TOCANTINS, 2021).

Figura 3 - Casos confirmados acumulados de Covid-19 em Ananás (2020)



Fonte: Secretária da Saúde do Tocantins (2021).

Todos relataram a pesquisadora, que as vendas começaram a melhorar em 2021, ano que taxa de letalidade está menor (1,05%), os mesmos, espontaneamente atrelaram essa melhora a vacinação que teve início no dia 18 de janeiro de 2021, no Tocantins (TOCANTINS, 2021). Apesar de terem tomado a vacina contra a Covid-19, os horticultores ainda têm medo do coronavírus, mesmo assim se sentem mais tranquilos para seguirem trabalhando.

É possível perceber a presença de termos recorrentes nas falas e impressões, principalmente quando se trata da necessária intervenção do poder público na criação de políticas de incentivo a AU, comercialização, apoio logístico e capacitação desses horticultores. É necessário valorizar essas impressões, e em uma delas percebe-se que o uso da internet aparece como instância de conhecimento diante da ausência do olhar dos órgãos públicos.

Houve um aumento no valor dos insumos que consequentemente influenciou o preço das hortaliças. Todos os entrevistados, adquirem esterco de gado nas fazendas que rodeiam a cidade, no caso da cama de galinha, que é um dos principais adubos necessários para preparar a terra para o plantio, a compra é realizada em Angico, antes da pandemia era R\$ 100,00 a tonelada e atualmente está sendo vendida a R\$ 250,00 (aumento de 150%).

Por fim, chamamos atenção para o olhar crítico dos horticultores entrevistados, na esteira das discussões propostas neste trabalho, considera-se que há um bom grau de conhecimento/entendimento de cidadania e importância de políticas públicas diante do atual contexto pandêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a pandemia afetou a produção de hortaliças em Ananás no que diz respeito a renda, relações de mercado, valores dos insumos utilizados, os programas governamentais destinados a agricultura familiar, as formas e canais de comercialização e os preços das hortaliças vendidas pelos agricultores urbanos entrevistados.

Os impactos da pandemia na questão econômica, também ocorreu na compra de sementes em outras localidades em função dos decretos municipais de restrição do comércio para evitar o contágio pelo novo coronavírus, em consequência disso, houve uma redução na renda dos horticultores pesquisados.

De acordo com as impressões dos entrevistados, fica evidente que não houve iniciativas de políticas de assistência ou orientação aos agricultores urbanos de Ananás. Diante dessas consequências e dos altos valores dos insumos, que em alguns casos aumentaram até 150%, os horticultores ainda têm problemas logísticos para adquiri-los, tendo que pagar fretes particulares, o combustível dos carros do município e no caso das sementes adquiridas em Araguaína (TO), contam com a ajuda de pessoas residentes em Ananás que fazem viagens com frequência para essa cidade.

Aproxima-se esses resultados ao pensamento de Birman (2020), quando escreve sobre o *“desamparo, desalento e desafio”* na pandemia do coronavírus, em todas as entrevistas esses três elementos apareceram. O governo federal, em todo o contexto da pandemia, agiu de forma contrária as orientações sanitárias e a ciência, orientando o uso de medicamentos duvidosos e ineficientes para combater o novo coronavírus, até mesmo perpetuando um

discurso contrário a eficiência e segurança das vacinas, dificultando também a sua produção, aquisição e distribuição.

É assim que surge o *desamparo*, diante do medo do vírus que pode levar a morte, os indivíduos passam a recorrer a meios alternativos, sem comprovação de eficácia e segurança. O discurso institucional do governo contribuiu para uma confusão mental, pois passou a ideia de uma dupla mensagem que gerou uma divisão psíquica, onde a população do país, ficou sem saber o que fazer e que medida adotar diante de um vírus silencioso (BIRMAN, 2020).

Localmente, em todas as falas é percebido a ausência de assistência aos horticultores, o *desalento* surge quando estes não podem contar com as instâncias públicas, seja o governo federal, estadual e/ou local e o *desafio* é a consequência dele, aparecendo quando os horticultores, mesmo com medo e correndo riscos, necessitam sair em busca da renda e do alimento, utilizando novas estratégias no processo de comercialização, mesmo que para isso coloquem a vida em risco (BIRMAN, 2020).

Levando em consideração as contribuições de Nunes (2020), podemos associar a desigualdade na distribuição de serviços de saúde, como um fator que também interfere no combate da pandemia, no caso de Ananás, o medo da população torna-se ainda maior em razão da consciência sobre a ausência de equipamentos de saúde, para atender os casos de Covid-19.

Outra questão importante, que está grifado na fala do **E2**, refere-se ao modelo político-econômico em detrimento de um modelo cívico-territorial. Associamos esse parêntese, em especial, ao pensamento crítico de Santos (2007), para quem o modelo cívico-territorial integraria o planejamento não como políticas emergentes, mas como políticas de Estado Nacional superaria as práticas assistencialistas, anularia as chamadas parcerias público-privadas.

A justificativa da implantação de um modelo cívico-territorial está na necessidade de construir uma sociedade nacional como um organismo multidimensional de valorização da ideologia, da cultura, da religião, das instituições, das organizações formais e informais, enfim, do território, como um conjunto de forças ativas na promoção (SANTOS, 2007), isto significa dizer que, é indispensável e necessário valorizar a diversidade cultural, os modos de vida da população e estes como ser social, como exemplo, o ser camponês.

Há que se ressaltar nessas considerações, a concepção de Santos quanto ao papel do Estado como promotor do bem comum, da segurança como regra única no projeto de construção do território/nação. Nesta proposição, acrescentamos que tal modelo por certo seria mais viável num processo democrático realmente participativo, que tenha participação direta comunitária que fugisse da democracia representativa em que as cidades parecem ser o *lôcus* territorial ideal de efetivação do modelo cívico-territorial proposto por Santos (2007).

A agricultura urbana em Ananás, expressa por meio da produção de hortaliças, necessita de incentivos à produção e comercialização por meio do fornecimento aos pequenos comércios e frutarias, sendo necessário criação de políticas públicas, principalmente no atual contexto, visando dar assistência técnica e incentivos aos horticultores.

Ressalta-se a importância da produção de alimentos orgânicos no contexto da pandemia, e que essa produção se relaciona a disponibilidade de renda e gastos com os insumos. A gestão pública tem a possibilidade de equacionar essa situação, por meio da oficialização de oportunidades de desenvolvimento local junto a esse segmento, como exemplo a institucionalização no âmbito de políticas públicas e de tecnologias sociais que promovam a produção, a comercialização de hortaliças e fomento a renda dos horticultores.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. O.; OLIVEIRA, L. Integrando a agricultura urbana e periurbana em políticas de planejamento urbano. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, v.10, 2020, p. 1284-1300.

BRASIL. Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em: 19 de setembro de 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública. **Boletim Epidemiológico Doença pelo Novo Coronavírus 2019 - COVID-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: [2020-02-21-Boletim-Epidemiologico03.pdf \(saude.gov.br\)](https://www.saude.gov.br/images/stories/pdf/2020-02-21-Boletim-Epidemiologico03.pdf). Acesso em 15 de agosto de 2021.

BIRMAN, J. **O trauma da pandemia do coronavírus**: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020, p. 43 - 153.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana**: práticas populares e sua inserção em políticas. Públicas. 2010. 204 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. (2021). Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35. n. 101, 2020, p. 209-224.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Trimestre Móvel mar. - mai. 2021. Rio De Janeiro: IBGE: 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>. Acesso em 15/08/21.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Trimestre Móvel mar. - mai. 2021. Rio De Janeiro: IBGE: 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>. Acesso em 15/08/21.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

NUNES, J. O Preço da Desigualdade numa Pandemia. In: GONÇALVES, C. M. C.; DESTERRO (Orgs.). *Vulnerabilidades sociais em tempos de pandemia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, p. 3-20.

OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, J.; SORRENTINO, M. A utopia pós-pandemia de COVID-19: dignidade humana e a transição ecológica como paradigma de reconstrução social. In: CASTRO, D.; SENO, D. D.; POCHMANN, M (orgs.). *Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente*. São Paulo: 2020, p. 178-188.

Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso em 15/08/21.

SANTANDREU, A; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Documento Referencial Geral: Belo Horizonte: 2007. 89 p. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2021.

_____. **Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, J. A. **Agricultura Urbana em Teresina**: o rural que permanece na cidade. 2010. P. 230. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2014.

TOCANTINS. **Boletim epidemiológico/notificações para Covid-19**. Secretária da Saúde: 2020. Disponível em: [BOLETIM COVID-19 \(central.to.gov.br\)](https://central.to.gov.br/BOLETIM_COVID-19). Acesso em: 15 de agosto de 2021.

_____. Plataforma Integra Saúde. **Dados Epidemiológicos (COVID-19) 2021**. Disponível em: [Integra Saúde Tocantins \(saude.to.gov.br\)](https://saude.to.gov.br/Integra_Saude_Tocantins). Acesso em: 15 de agosto de 2021.

VIGISAN/PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.